

PROCESSO SELETIVO ALUNO REGULAR 2019

PROVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS

CADERNO DE QUESTÕES

ORIENTAÇÕES:

- a) O candidato não terá direito a consulta a nenhum material, nem mesmo à “lei seca”.
- b) Não será admitido o uso de celulares, computadores portáteis ou de qualquer outro equipamento eletrônico que armazene, receba ou transmita informações;
- c) Serão eliminados os candidatos que recorrerem a qualquer material não autorizado pela Banca Examinadora ou não previsto no edital, na mesa deverão permanecer somente caneta azul, este caderno de questões e o caderno de respostas;
- d) Este caderno de questões pode ser usado pelo candidato para rascunho;
- e) O candidato não deve identificar seu caderno de questões. Ao término da aplicação cada candidato sorteará um código numérico que será disponibilizado pelo fiscal do PPGDIR/UFES, de maneira a impedir a identificação dos candidatos durante o processo de correção;
- f) É de responsabilidade do candidato marcar o código numérico sorteado no campo indicado abaixo e no campo próprio indicado no caderno de respostas, assim como na lista de presença, pois os códigos não serão divulgados durante o processo de correção e análise de recursos;
- g) A prova deverá ser respondida exclusivamente com caneta azul, o uso de outra cor de caneta será considerado identificação, assim como rabiscos e rasuras no caderno de respostas;
- h) Cada resposta deverá ser escrita entre 20 (vinte) e 30 (trinta) linhas. O que exceder a esse limite não será corrigido;
- i) O candidato não poderá rasurar sua prova e nem utilizar corretivo (líquido ou em fita). Caso queira descartar palavra ou trecho o candidato deverá dar dois riscos sobre o que deseja eliminar. Esse espaço descartado será computado no total de linhas;
- j) Será atribuída nota zero à prova escrita com caligrafia de difícil compreensão;
- k) Não será permitido o empréstimo de qualquer espécie de material entre os candidatos durante a realização da prova;
- l) Não será permitida qualquer forma de comunicação entre os candidatos durante a realização da prova, caso precise o candidato deve levantar a mão, que um de nossos fiscais irá até a mesa;
- m) A prova terá duração de 4 (quatro) horas e este caderno de questões só deverá ser aberto após o comando dos fiscais em sala;
- n) Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala aguardando até que os três concluem a prova para acompanharem o fechamento dos envelopes e assinarem a Ata de Sala.
- o) Para acesso ao caderno de respostas após a divulgação das notas, para fins de recurso ou simples consulta, o candidato deverá apresentar na Secretaria do PPGDIR/UFES este caderno o qual indica o número sorteado pelo candidato.

Nº DA PROVA	
--------------------	--

QUESTÃO 01 [3 pontos]

No capítulo 3 da obra “Fundamentos do novo processo civil brasileiro”, Claudio Madureira apresenta um panorama das técnicas de que o legislador teria se utilizado no CPC/15 para promover a contenção da litigiosidade no processo.

Em diálogo com o texto suprarreferenciado, discorra sobre o que o autor denomina de nova metódica para a fundamentação jurídica, e sua importância para a compreensão do modelo de processo concebido pelo CPC/15

QUESTÃO 02 [3 pontos]

No texto “*Ensaio sobre o Direito à Segurança e a Medida de Não Aproximação*”, escrito sob a vigência do Código de Processo Civil de 1973, Francisco Vieira Lima Neto propõe, com fundamentos legais e constitucionais, que o direito à segurança pode ser defendido por *ação judicial inibitória inominada*, que tramita no rito ordinário e admite a concessão de tutela de urgência. Explique os fundamentos utilizados pelo autor para a formulação dessa tese e se tais fundamentos se encontram hoje no Código de Processo Civil de 2015.

QUESTÃO 03 [4 pontos]

Quais as respostas que a teoria dos Precedentes Normativos Formalmente Vinculantes fornece para as questões ligadas à separação de poderes, princípio da legalidade e independência do juiz no ordenamento jurídico brasileiro? O que deve ser compreendido como interpretação operativa e atividade tendencialmente cognitiva pelo Poder Judiciário? Segundo a teoria referida as decisões nos casos repetitivos serão sempre precedentes? explique por qual razão essas decisões podem ser equiparadas aos processos coletivos e quais as garantias que devem ser pensadas para assegurar o devido processo coletivo na conjugação entre casos repetitivos e ações coletivas?